
Newe Seguros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Newe Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Newe Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Crédito tributário

Conforme mencionado na Nota 3.10 e 8.1 às demonstrações financeiras, a Seguradora possuía em 31 de dezembro de 2024 ativos fiscais diferidos, no montante de aproximadamente R\$ 22 milhões, reconhecidos com base em projeção de resultados tributáveis futuros para a realização de ativos fiscais diferidos. Essa projeção de realização dos ativos fiscais diferidos, está de acordo com o plano de negócios da Seguradora, e ambos foram revisados pela administração da Seguradora com base em estudo do cenário atual e futuro e o plano de negócios foi aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2024, cujas premissas principais utilizadas foram as premissas de crescimento de receita de prêmios ganhos, incluindo desenvolvimento de novos segmentos de seguro e desenvolvimento de novas parcerias. O estudo de realização do crédito tributário foi aprovado pela administração em 25 de janeiro de 2025. Adicionalmente, de acordo com o referido plano de negócios e estudo de realização de crédito tributário, a realização do referido plano de negócios depende de aporte adicional de capital de sócios conforme mencionado na Nota 8.1. A realização desses ativos fiscais diferidos, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do



Newe Seguros S.A.

plano de negócios na forma como foram aprovados pelos órgãos da administração, incluindo aporte de capital adicional dos acionistas da Seguradora. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.



Newe Seguros S.A.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Newe Seguros S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025

A handwritten signature in black ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Thais Helena Ferreira Farat Cosentino
Signed By: THAIS HELENA FERREIRA FARAT COSENTINO 31716902843
CPF: 31716902843
Signing Time: 24 de Fevereiro de 2025 | 20:44 BRT
C: BR
O: ICP-Brasil, OU: Secretário da Receita Federal do Brasil - RFB
Issuer: AC SERASA RFB v1

Thais Helena Ferreira Farat Cosentino
Contadora CRC 1SP260324/O-0

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores, e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Autorizada a operar no mercado brasileiro de seguros, a NEWE foi concedida no dia 16 de janeiro de 2017, O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 da NEWE é de 61,3 milhões.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos totalizaram em 31 de dezembro de 2024 R\$ 129,5 milhões, com aumento de R\$ 28 milhões ou 27,6% em relação ao exercício de 2023.

No Rural os prêmios emitidos totalizaram em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R\$83,7 milhões (R\$58,1 milhões em 31 de dezembro de 2023), o aumento foi influenciado pela mudança na estratégia da Seguradora em diversificar a venda de prêmios emitindo em outros ramos rural, o aumento no preço da commodity e, ainda, uma nova estratégia de crescimento. Em Riscos Financeiros os prêmios emitidos totalizaram em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R\$42,1 milhões (R\$40 milhões em 31 de dezembro de 2023), o aumento ocorreu essencialmente devido a uma nova estratégia de crescimento adotado para os próximos anos em linhas financeiras.

Sinistralidade

Em 31 de dezembro 2024, a sinistralidade média apresentou índice de 85,55%, uma redução de 27,39% em relação ao exercício anterior. A sinistralidade do exercício ainda está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022.

Despesas administrativas

Em 31 de dezembro 2024, as despesas administrativas totalizaram R\$32,9 milhões, em 2023 o saldo foi de R\$ 31 milhões, apresentando um aumento de R\$ 1,8 milhões (5,92%).

A Seguradora apresentou um índice das despesas administrativas em relação aos prêmios emitidos em 2024 de 25,4% (30,6% em 2023).

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 31 de dezembro de 2024 R\$6,4 milhões, redução de R\$ 878 mil ou 12,06% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. A taxa SELIC ao longo de 2024, apresentou uma pequena variação (11,75% a.a. para 12,25% a.a.) passando, porém, por uma média aproximada de 13,30% em 2023 e 10,92% em 2024. Adicionalmente, em 2024 a Seguradora efetuou acordos judiciais que contribuíram para um alto desembolso de caixa e conseqüentemente uma redução de rentabilidade das aplicações financeiras. A política de investimentos da NEWE Seguros S.A. tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional.

Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro 2024, a empresa totalizou um prejuízo de R\$ 7,5 milhões, aumento de R\$ 3 mil, ou seja, aumento de 0,04% em relação ao ano anterior. O resultado no exercício ainda sofre impacto das perdas catastróficas causadas pelo clima de 2021.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Newe declara vincular 100% das aplicações financeiras no montante de R\$ 104,4 milhões. A Seguradora, em 31 de dezembro de 2024 apresentou suficiência de ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas no montante de R\$ 44,2 milhões.

A administração da NEWE Seguros S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Seguradora e reforça o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

A NEWE Seguros S.A. agradece a SUSEP e demais autoridades do setor. Às Sociedades Resseguradoras e Corretores de Seguro. A Seguradora agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Seguradora.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025

A Administração

NEWE Seguros S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		<u>348.974</u>	<u>284.559</u>
Disponível		<u>972</u>	<u>1.482</u>
Caixa e bancos	5	908	1.454
Equivalentes de caixa	5	64	28
Aplicações	6	<u>104.461</u>	<u>74.610</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>67.526</u>	<u>55.492</u>
Prêmios a Receber	7.1	43.193	24.229
Operações com resseguradoras	7.2	23.270	30.686
Operações com seguradoras		552	64
Outros Créditos Operacionais		<u>511</u>	<u>513</u>
Títulos e créditos a receber		<u>10.383</u>	<u>6.194</u>
Créditos tributários e previdenciários	8.1	12	126
Ressarcimentos a Receber	8.3	9.866	5.936
Outros créditos		<u>505</u>	<u>132</u>
Despesas antecipadas		<u>304</u>	<u>537</u>
Custos de aquisição diferidos	9	<u>13.234</u>	<u>10.157</u>
Seguros		<u>13.234</u>	<u>10.157</u>
Ativos de contratos de resseguro	14.1	<u>152.093</u>	<u>136.087</u>
Ativo não circulante		<u>59.122</u>	<u>57.153</u>
Realizável a longo prazo		<u>54.476</u>	<u>52.249</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>3.777</u>	<u>6.890</u>
Prêmios a Receber	7.1	3.777	6.890
Ativos de contratos de resseguro	14.1	<u>18.246</u>	<u>17.963</u>
Títulos e créditos a receber		<u>23.189</u>	<u>18.313</u>
Créditos tributários e previdenciários	8.1	22.970	18.104
Outros créditos operacionais		219	209

Depósitos Judiciais e Fiscais		-	-
Custos de aquisição diferidos	9	<u>9.264</u>	<u>9.083</u>
Seguros		9.264	9.083
Imobilizado	10	<u>626</u>	<u>663</u>
Bens móveis		471	546
Outras imobilizações		<u>155</u>	<u>117</u>
Intangível	11	<u>4.020</u>	<u>4.242</u>
Total do ativo		<u>408.096</u>	<u>341.712</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWE Seguros S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		<u>310.822</u>	<u>237.433</u>
Contas a pagar		<u>2.160</u>	<u>2.181</u>
Obrigações a pagar	12.1	543	523
Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	846	839
Encargos trabalhistas	12.3	686	738
Impostos e contribuições	12.4	85	72
Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>9</u>
Débitos de operações de seguros e resseguros		<u>103.349</u>	<u>62.190</u>
Prêmios a restituir	13.3	2.553	1.555
Operações com Seguradoras		4.563	32
Operações com Resseguradoras	13.1	87.836	52.720
Corretores de seguros e resseguros	13.2	8.397	7.883
Depósitos de terceiros		<u>8.095</u>	<u>424</u>
Seguros	15	8.025	424
Cosseguros Aceitos		70	0
Provisões técnicas	14.2	<u>197.217</u>	<u>172.638</u>
Danos		<u>197.217</u>	<u>172.638</u>
Passivo não circulante		<u>36.003</u>	<u>35.473</u>
Provisões técnicas	14.2	<u>36.003</u>	<u>35.473</u>
Danos		36.003	35.473
Patrimônio líquido		<u>61.272</u>	<u>68.806</u>
Capital social	18	<u>78.849</u>	<u>70.149</u>
Aumento de capital		-	8.700
Reserva Legal		-	-
Prejuízos acumulados		<u>(17.577)</u>	<u>(10.043)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>408.096</u></u>	<u><u>341.712</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWE Seguros S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos líquidos	20	129.566	101.531
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	<u>(16.061)</u>	<u>(1.382)</u>
Prêmios ganhos	20	<u>113.505</u>	<u>100.149</u>
Sinistros ocorridos	21.1	(97.105)	(118.005)
Custos de aquisição	21.2	(16.978)	(14.398)
Outras receitas e despesas operacionais		(563)	(777)
Resultado com resseguro	21.3	<u>18.019</u>	<u>47.299</u>
Receita com resseguro		85.717	114.581
Despesa com resseguro		(62.468)	(54.847)
Outros resultados com resseguros		(5.230)	(12.435)
Despesas administrativas	21.4	<u>(32.933)</u>	<u>(31.093)</u>
Despesas com tributos	21.5	<u>(2.920)</u>	<u>(2.828)</u>
Resultado financeiro	21.6	<u>6.404</u>	<u>7.282</u>
Receitas financeiras	21.6	11.002	21.325
Despesas financeiras	21.6	<u>(4.598)</u>	<u>(14.043)</u>
Resultado operacional		<u>(12.572)</u>	<u>(12.370)</u>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos e participações		<u>(12.572)</u>	<u>(12.370)</u>
Imposto de renda corrente	22	3.149	2.999
Contribuição social corrente	22	1.889	1.839
Participações sobre o lucro		<u>-</u>	<u>-</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		<u>(7.534)</u>	<u>(7.532)</u>
Quantidade de ações		107.451.562	107.451.562
Lucro/Prejuízo líquido por ação (em R\$)		(0,07)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWE Seguros S.A.
Demonstração de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
(Prejuízo)/Lucro do exercício	<u>(7.534)</u>	<u>(7.532)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(7.534)</u></u>	<u><u>(7.532)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWE Seguros S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Aumento de Capital em aprovação	Reservas de Capital	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18	59.700	10.449	11.151	(13.662)	67.638
Aprovação de Capital - Portaria Susep 8.160/23		10.449	(10.449)	-	-	-
Aumento de Capital - AGE de 18 de julho de 2023		-	8.700	-	-	8.700
Reserva de Capital		-	-	(11.151)	11.151	-
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		-	-	-	(7.532)	(7.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18	70.49	8.700	-	(10.043)	68.806
Aprovação de Capital - Portaria Susep 8.159/24		8.700	(8.700)	-	-	-
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		-	-	-	(7.534)	(7.534)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18	78.849	-	-	(17.577)	61.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWE Seguros S.A.
Demonstração do fluxo de caixa (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais			
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(7.534)	(7.532)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	10 e 11	3.093	2.224
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	7.3	1.843	1.612
Provisões técnicas - IBNR	14.2	(895)	(523)
Ativos Resseguro - IBNR	14.1	10.992	5.412
		(8.847)	(4.277)
Variação das contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	6.1	(5.514)	(1.985)
Créditos das operações	7.1	(29.852)	(15.668)
Ativos de resseguro	14.1	(8.026)	3.440
Créditos tributários e previdenciários	8.1	(7.442)	(56.024)
Outros ativos		(4.750)	(3.338)
Custo de aquisição diferido	9.1	(4.086)	(6.054)
Fornecedores e outras contas a pagar	12.1	(3.258)	(2.560)
Impostos e contribuições	12.4	11	(1.718)
Débitos das operações	13	(31)	(42)
Provisões técnicas - seguros	14.2	41.158	11.623
Depósitos de Terceiros	15	14.118	68.099
		7.673	257
Caixa (Consumidos)/gerado pelas operações		8.607	239
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(184)	(232)
Aquisição de intangível	11	(1.400)	(1.270)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(1.584)	(2.197)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	18	-	8.700
Reserva de capital		-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		-	8.700
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5	(510)	(95)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.482	1.577
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		972	1.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NEWE Seguros S.A. (doravante denominada por “NEWE” ou “Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, conjunto 806 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário, em 31 de dezembro de 2024, pertence a CBM Participações S.A., com 100,00% de participação societária nas ações ordinárias.

Em 16 de janeiro de 2017, foi publicada a Portaria Susep nº 6.780, de 12 de janeiro de 2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à NEWE Seguros autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional.

Em 29 de junho de 2023, a SUSEP homologou o aumento de capital do primeiro aporte de R\$10,4 milhões e reserva de ágio de R\$11,2 milhões da entrada do novo acionista, o fundo de investimento Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV RAIF (doravante denominada por “Insuresilience Investment”) ocorrido no dia 15 de dezembro de 2022. Em 29 de junho de 2023 foi aprovado ainda a capitalização da Seguradora mediante subscrição particular convertendo todas as ações dos sócios para a CBM participações S.A, passando a possuir 100% da participação da Newe. Em 18 de julho de 2023 ocorreu um novo aporte no valor de R\$ 8,7 milhões de aumento de capital, a qual foi homologado pela SUSEP em 3 de janeiro de 2024.

A NEWE Seguros tem como objeto social todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das operações de seguros em todos os ramos autorizados e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação/apresentação

Em consonância à Circular SUSEP nº 648 e as alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi aprovada pela diretoria em 24 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo:

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora e de apresentação da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Seguradora utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

- Nota explicativa 6 – Instrumentos Financeiros.
- Nota explicativa 8.1 – Realização dos Créditos tributários.
- Nota explicativa 11 - Intangível
- Nota explicativa 14 - Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não avisados – IBNR. Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não suficientemente avisados – IBNER, Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial – PSL Judicial e o Teste de Adequação de Passivos – TAP.
- Nota explicativa 16 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalente de caixa

A Seguradora considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica “caixa e bancos”.

3.2 Instrumentos financeiros

A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A Seguradora pode classificar seus passivos financeiros nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios da Seguradora para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos.

3.2.1 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Esses ativos são classificados como mantidos para negociação ou designados dessa forma no reconhecimento inicial. São mensurados pelo valor justo, com mudanças no valor justo (incluindo juros e dividendos) reconhecidas diretamente no resultado. Custos de transação são também registrados no resultado, e esses ativos são classificados no ativo circulante, independentemente do vencimento.

3.2.2 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Esses ativos são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido de custos de transação. Mudanças no valor justo, excluindo juros, perdas ou diferenças cambiais, são registradas em outros resultados abrangentes. Ganhos acumulados são reclassificados ao resultado no desreconhecimento, exceto para instrumentos de capital, que permanecem no patrimônio.

3.2.3 *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

São ativos mantidos para receber fluxos de caixa contratuais. Inicialmente reconhecidos pelo valor justo mais custos de transação, são mensurados pelo custo amortizado, ajustados por juros efetivos e perdas por redução ao valor recuperável.

3.2.4 *Determinação do valor justo*

Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes.

O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado.

A Seguradora não opera diretamente em derivativos, exceto através de seus fundos de investimentos com o objetivo de proteção à exposição da carteira (hedge), se necessário.

3.3 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

3.4 Operações de seguros e resseguros

Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648, e alterações posteriores, a Seguradora possui metodologia para reconhecer uma Redução ao Valor Recuperável – RVR:

- Dos prêmios a receber com base na perda histórica para prêmios emitidos, constituindo 0,25% no ramo rural, 1,36% nas linhas financeiras e 0,68% nos ramos novos ou demais;
- Em relação a recuperação dos sinistros pagos junto aos resseguradores, o estudo da Seguradora considera os últimos 6 anos de operação. A Seguradora entende que não há necessidade de constituição de valor recuperável, uma vez que o estudo demonstra que vem recuperando os sinistros pagos no decorrer desses últimos anos, sem indicação de default e sim com alguma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores;
- Dos valores a receber de ressarcimentos com base no Contrato de Conta Garantia (CCG) e nas expectativas de recebimento acordadas com o tomador, considerando fatores como recuperação judicial ou falência, foram identificadas contrapartes que, após a contabilização do ressarcimento e durante o processo judicial, entraram em recuperação judicial. Esse fator resultou na contabilização de uma Redução ao Valor Recuperável – RVR no montante de 5.021 (R\$ 275 líquido de Resseguro)

Ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria.

A Seguradora não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados.

3.5 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo exercício de cobertura dos riscos ainda não expirou e cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais “risk attaching” firmados para proteção das carteiras de seguro Rural e Riscos Financeiros, cujo reconhecimento dar-se-á pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foram aceitos pela NEWE; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.6 Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP:

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) - é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método “pro-rata-die” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) - é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa baseada no histórico de 3 anos por meio de triângulo de desenvolvimento de prêmio, considerando o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - é constituída de acordo com a melhor estimativa de indenização com base nas notificações de sinistros recebidas até a data do balanço patrimonial, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados.

Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud) – é constituída para cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de sinistros objeto de ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. É realizada individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial.

Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR e IBNER) - são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos. A IBNR é constituída pela diferença entre a sinistralidade esperada e o sinistro incorrido observado, ou seja, indenização já paga somadas à provisão de sinistros a liquidar já constituída. A IBNER é constituída para ajustar de forma global a PSL, quando não é possível ajustar de forma individual cada sinistro. A provisão estimada por ramo, baseada no histórico da seguradora e no agravamento dos sinistros, quando se entende que a PSL constituída pode deixar de representar a melhor estimativa.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) - é constituída para a cobertura das despesas relacionadas aos sinistros avisados, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionados aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos com a regulação dos sinistros, respeitando as características de cada ramo.

3.7 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes.

O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2024, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas. As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento das apólices atuais. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções.

Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série de todo histórico da Seguradora e estatísticas do mercado segurador para os ramos que o histórico da Seguradora não apresenta dados suficientes, resultando na sinistralidade de 47,96% para a Seguradora. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro.

O teste de adequação conduzido pela Seguradora, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31 de dezembro de 2024. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos - PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR, IBNER e PDR também não há insuficiências a cobrir.

3.8 Imobilizado

O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

3.9 Ativo intangível

O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou exercício de uso da licença quando definido pelo fornecedor.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O tributo diferido é calculado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Seguradora sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o exercício de 5 anos, formalizadas no Estudo de Realização do Crédito Tributário.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida.

3.11 Provisões judiciais

São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo ou quando os acordos são celebrados.

3.12 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 78.849 (R\$ 70.149 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 107.451.562 ações nominativas sem valor nominal (107.451.562 ações em 31 de dezembro de 2023), sendo todas ordinárias.

Em 29 de junho de 2023, a SUSEP homologou o aumento de capital do primeiro aporte de R\$10,4 milhões e reserva de ágio de R\$11,2 milhões da entrada do novo acionista, o fundo de investimento Insuresilience Investment ocorrido no dia 15 de dezembro de 2022. Ainda nesta data, foi aprovado a capitalização da Seguradora mediante subscrição particular convertendo todas as ações dos sócios para a CBM participações S.A, passando a possuir 100% da participação da Newe.

Em 18 de julho de 2023, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado aumento de capital no montante de R\$ 8,7 milhões, com emissão de 12.577.770 novas ações, homologado pela SUSEP em 3 de janeiro de 2024.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia.

3.13 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Seguradora pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido.

3.14 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência.

3.15 Classificação dos contratos de seguro

Contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

Mensuração dos contratos de seguros

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores.

3.15.1 Comissão de corretagem e comissão diferida

As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto.

3.15.2 Sinistros

Os sinistros avisados são contabilizados a partir do momento em que a Seguradora é notificada pelo segurado.

3.15.3 Participações nos lucros

Um dos direitos sociais arrolados no art. 7º da Constituição Federal é a “participação nos lucros, ou nos resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei” (art. 7º, XI).

Relativamente à matéria, foi editada a Lei nº10.101/2000, regulando a participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa – critério a se definir in casu – como instrumento de integração entre o capital e o trabalho como incentivo à produtividade.

A Seguradora conhece essas normas e reconhece o direito dos trabalhadores que se manifesta da seguinte forma:

- a) A participação nos lucros ou nos resultados é fruto de negociação entre a Seguradora e seus empregados, mediante o procedimento de comissão paritária escolhida pelas partes e integrada por um representante sindical ou por meio de convenção ou acordo coletivo;
- b) A convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho dispendo sobre a participação nos lucros ou nos resultados da empresa tem prevalência até sobre a lei, conforme art. 611-A, XV, da Lei nº5.452/1943 (CLT);
- c) A participação nos lucros ou resultados não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade (art. 3º da Lei nº10,101/2000).

A Seguradora tem ciência de que a participação dos empregados nos lucros ou nos resultados é uma das matérias constantes de convenção coletiva do sindicato dos empregados do mercado de seguros, mas se dispõe, sempre que possível, a tratar, formalizar e remunerar seus empregados a título de PLR por meio de programas espontaneamente criados pela Seguradora, sempre com a observância dos ritos e limites legais, com condições que no mínimo equivalentes aos do sindicato da categoria. Com isso, a Seguradora pretende valorizar e aprimorar a relação havida com seus empregados.

3.15.4 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas por entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

a. CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de Seguros

A norma CPC 50 / IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, com o objetivo de garantir que a entidade forneça informações relevantes e que representem fielmente esses contratos. Essas informações são fundamentais para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o impacto que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da seguradora. Além disso, a SUSEP não fez o referenciamento do CPC 50, o que significa que, até o momento, não há impacto para a seguradora em relação a essa norma.

3.15.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a. CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

A norma CPC 48 (IFRS 9) alterou a classificação dos ativos financeiros no balanço patrimonial, estabelecendo as seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA);
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).

Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são consolidados nem contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, o CPC 48 altera a classificação e a mensuração desses ativos. De acordo com a norma anterior (CPC 38 / IAS 39), os investimentos eram classificados como:

- (i) Disponíveis para venda, avaliados pelo VJORA, ou
- (ii) Mantidos para negociação, avaliados ao VJR.

A IFRS 9 (CPC 48) exige que os investimentos em instrumentos patrimoniais sejam mensurados ao VJR, mas oferece a opção de mensurá-los ao VJORA, desde que não sejam mantidos para negociação. Com isso, o custo não é mais uma base aceitável para mensuração desses ativos.

A SUSEP, por meio do artigo 138 da Circular 678, de 10 de outubro de 2022, trouxe orientações sobre a classificação dos ativos financeiros e sobre a exigência de perdas esperadas, entre outros aspectos. Essa norma entrou em vigor em 2023 e, para alguns requisitos, em 2024.

Contudo, os ativos financeiros da Seguradora não se enquadram na classificação de VJORA, mas sim em VJR. Dessa forma, a Newe Seguros está em conformidade com a norma CPC 48 e não sofreu impacto significativo com a atualização dessa regulamentação.

4 Estrutura de gestão de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos define a metodologia aplicada, estabelece seus objetivos, princípios, diretrizes e orienta os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões gerenciais e estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A Newe, considerando seu enquadramento no segmento S3, optou pela junção das unidades de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, constituindo a Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos.

O propósito da Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos (“Unidade”) é monitorar e suportar continuamente as atividades destinadas à garantia da conformidade, gestão de riscos e sistema de controle interno da Seguradora, com análise crítica e melhoria contínua da gestão, observando a Resolução CNSP nº 416/2021.

A Newe utilizou o estudo de materialidade a fim de identificar, avaliar e classificar os riscos de sustentabilidade a que se encontra exposta, levando em consideração o porte, a natureza e a complexidade de operações.

Os riscos de sustentabilidade não constituem necessariamente novas categorias de risco, devendo, sempre que possível, ser considerados nas categorias obrigatórias de risco de subscrição, de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, em função de seus efeitos. A Seguradora está em adequação para completa aderência à Circular Susep nº 666/2022.

4.1 Processo de gestão de riscos

O processo de gestão de riscos deve seguir as seguintes etapas:

- Identificação dos Riscos

Os riscos são levantados em conjunto com os gestores dos processos mapeados, tendo como base o planejamento estratégico da Seguradora. Os riscos identificados como materiais são categorizados como risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de subscrição, risco operacional ou risco de sustentabilidade e registrados em uma planilha eletrônica denominada Inventário de Riscos Materiais.

- Análise do Risco Inerente

A avaliação é realizada com o apoio do gestor, maior conhecedor do processo, que julga os riscos identificados com relação à probabilidade de ocorrência e a consequência dessa exposição ao risco, caso se materialize.

- **Atividades de Controle**

Após identificar os riscos, devem ser verificadas as atividades de controles existentes nos processos, a fim de reduzir a probabilidade de falhas em processos e sistemas, e de perseguir a redução de perdas operacionais.

Mensurados os riscos e estabelecidas as exposições que extrapolem o perfil de risco desejado, os planos de ação são adotados visando reduzir o risco ao nível aceitável. As ações planejadas priorizam as causas identificadas como grandes potencializadoras do risco.

- **Análise de Riscos Residual**

Os riscos residuais são avaliados quanto à sua probabilidade de ocorrência e ao impacto potencial que podem ter na organização. Isso é feito de maneira semelhante à avaliação de riscos inerentes, mas agora considerando as atividades de controle já implementadas.

- **Relatório**

Os relatórios de atividades de gestão de riscos devem ser claros, concisos e informativos. Eles servem como uma ferramenta essencial para comunicar o estado dos riscos e as atividades de mitigação para partes interessadas internas e externas.

- **Monitoramento**

O monitoramento é uma etapa contínua em que as instâncias envolvidas com Gestão de Riscos interagem. Abrange a coleta e a disseminação de informações e iniciativas, a fim de assegurar, em cada decisão, a compreensão de todos os agentes envolvidos sobre os riscos existentes em cada decisão.

4.2 Categorias de Risco

4.2.1 *Risco de Subscrição*

Define-se o risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Newe, direta ou indiretamente, em relação às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas.

O objetivo da Seguradora é gerar lucros consistentes e a longo prazo com a subscrição. Sua estratégia é subscrever um amplo portfólio de riscos com preferências para produtos de nicho e especializados.

4.2.2 *Risco Operacional*

Define-se risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

A Newe concentra no risco operacional "puro", ou seja, quando a perda surge puramente como resultado da falha de um ou mais processos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos.

4.2.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro

Variáveis	Premissas	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2024	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(9.710)	(1.139)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	9.710	1.139
Corretagem	Aumento de 10%	(1.698)	(965)
Corretagem	Diminuição de 10%	1.698	965

Variáveis	Premissas	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2023	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(11.800)	(342)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	11.800	342
Corretagem	Aumento de 10%	(1.440)	(1.397)
Corretagem	Diminuição de 10%	1.440	1.397

4.2.2.2 Concentração de risco por região de atuação

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

								Prêmio Emitido (*)	
								31/12/2024	
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%	
Centro Oeste	11.970	14%	1.583	3%	85	2%	13.638	10%	
Nordeste	798	1%	2.009	4%	34	1%	2.841	2%	
Norte	353	0%	3.664	8%	-	0%	4.017	3%	
Sudeste	15.786	19%	35.305	76%	3.156	84%	54.247	40%	
Sul	54.993	66%	3.915	8%	477	13%	59.385	44%	
	83.900	100%	46.476	100%	3.752	100%	134.128	100%	

								Prêmio Líquido de Resseguro (*)	
								31/12/2024	
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%	
Centro Oeste	3.751	14%	261	3%	23	2%	4.035	11%	
Nordeste	233	1%	185	2%	9	1%	427	1%	
Norte	236	1%	403	4%	-	0%	639	2%	
Sudeste	4.873	18%	8.162	87%	1.272	91%	14.307	38%	
Sul	17.429	66%	318	3%	87	6%	17.834	48%	
	26.522	100%	9.329	100%	1.391	100%	37.242	100%	

								Prêmio Emitido (*)	
								31/12/2023	
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%	
Centro Oeste	17.528	21%	1.159	2%	20	1%	18.707	19%	
Nordeste	3.136	4%	2.504	5%	54	1%	5.694	6%	
Norte	1	0%	1.256	3%	-	0%	1.257	1%	
Sudeste	7.850	9%	27.957	60%	3.173	85%	38.980	39%	
Sul	29.478	35%	4.556	10%	109	3%	34.143	35%	
	57.993	69%	37.432	81%	3.356	89%	98.781	100%	

								Prêmio Líquido de Resseguro (*)	
								31/12/2023	
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%	
Centro Oeste	5.849	31%	93	3%	5	1%	5.947	26%	
Nordeste	1.035	5%	173	6%	25	3%	1.233	5%	
Norte	32	0%	66	2%	-	0%	98	0%	
Sudeste	2.031	11%	2.394	78%	897	94%	5.322	23%	
Sul	9.916	53%	359	12%	29	3%	10.304	45%	
	18.863	100%	3.085	100%	956	100%	22.904	100%	

(*) Não foi considerado o montante de (R\$ 4.564) (R\$ 2.750 em 31 de dezembro de 2023) relativo aos saldos de cosseguros aceitos, cosseguros cedidos e prêmios de riscos vigentes e não emitidos.

4.2.3 **Risco de liquidez**

Define-se o risco de liquidez como o risco de que recursos financeiros líquidos e suficientes não sejam mantidos para atender aos passivos em seu vencimento.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2024:

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Caixa, bancos e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	972	-	972
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾	104.461	-	104.461
Créditos das operações com seguros e resseguros ⁽²⁾	67.526	3.777	71.303
Provisões Técnicas ⁽²⁾	13.234	9.264	22.498
Ativos de contratos de resseguro ⁽³⁾	152.093	18.246	170.339
Total de ativos financeiros	338.286	31.287	369.573
Passivos financeiros			
Contas a pagar	2.160	-	2.160
Débitos de operações com seguros e resseguros ⁽²⁾	103.349	-	103.349
Provisões Técnicas ⁽²⁾	197.217	36.003	233.220
Total de passivos financeiros	302.726	36.003	338.729

(1) Risco de liquidez endereçado pela política de investimento;

(2) Risco de liquidez endereçado pela política de subscrição;

(3) Risco de liquidez endereçado pela política de resseguro.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2023:

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Caixa, bancos e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	1.482	-	1.482
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾	74.610	-	74.610
Créditos das operações com seguros e resseguros ⁽²⁾	55.493	6.890	62.383
Provisões Técnicas ⁽²⁾	10.157	9.083	19.240
Ativos de contratos de resseguro ⁽³⁾	136.087	17.963	154.050
Total de ativos financeiros	277.829	33.936	311.765
Passivos financeiros			
Contas a pagar	2.181	-	2.181
Débitos de operações com seguros e resseguros ⁽²⁾	62.190	-	62.190
Provisões Técnicas ⁽²⁾	172.638	35.473	208.111
Total de passivos financeiros	237.008	35.473	272.481

(1) Risco de liquidez endereçado pela política de investimento;

(2) Risco de liquidez endereçado pela política de subscrição;

(3) Risco de liquidez endereçado pela política de resseguro.

4.2.4 Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Newe. As premissas básicas de investimento são definidas na Política de Investimento da Newe, são a preservação do capital, a estabilidade das receitas financeiras e a fixação da taxa Selic como meta de rentabilidade das aplicações financeiras.

Um dos fatores de risco de mercado ao qual a Seguradora está exposta é a taxa de juros (Selic). A Administração da Seguradora monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Política de Investimentos e a Política de Gestão de Riscos da Newe preveem que a totalidade dos investimentos da Seguradora estão disponíveis para venda, ou seja, em negociação, permitindo investimentos apenas em títulos públicos com liquidez em até D+1.

4.2.5 Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

Para a Newe, as principais contrapartes em relação ao crédito são as resseguradoras, estando restrita a operar com entidades aprovadas e supervisionadas pela SUSEP.

A filosofia da Seguradora é a de não usar resseguro para arbitragem ou transferir o risco da subscrição às resseguradoras. Seu objetivo é gerenciar a exposição a qualquer resseguradora dentro de limites aceitáveis. A Newe reconhece que o resseguro é uma ferramenta importante para alcançar seus objetivos gerais.

31/12/2024

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P						AM Best					Moody's	Sem rating	Saldo contábil
	A+	AA-	A-	A	AA	BBB+	A++	A+	A	A-	B++	AAA		
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	972	-	972
Valor justo por meio de resultados														
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.461	-	104.461
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.193	43.193
Operações com resseguradoras (a)	10.531	28	690	486	9	2.192	4	6.107	800	11	183	-	2.229	23.270
Sinistros Resseguro PSL e PDR (a)	30.733	80	2.013	1.419	27	6.398	13	17.822	2.335	32	534	-	6.503	67.909
IBNR	10.552	28	691	487	9	2.197	4	6.119	802	11	183	-	2.234	23.317
IBNER	5.577	-	-	-	-	2.231	-	8.398	2.099	-	367	-	3.635	22.307
Exposição máxima ao risco de crédito	57.393	136	3.394	2.392	45	13.018	21	38.446	6.036	54	1.267	105.433	57.794	285.429

31/12/2023

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P					AM Best					Moody's	Sem rating	Saldo contábil
	A+	AA-	A-	A	AA	A++	A+	A	A-	B++	AAA		
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.482	-	1.482
Valor justo por meio de resultados													
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.610	-	74.610
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.119	31.119
Operações com resseguradoras (a)	12.743	136	631	819	11	12	7.802	3.840	30	307	-	4.355	30.686
Sinistros Resseguro PSL e PDR (a)	38.013	406	1.883	2.442	31	35	23.275	11.455	88	916	-	12.993	91.537
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.614	14.614
Exposição máxima ao risco de crédito	50.756	542	2.514	3.261	42	47	31.077	15.295	118	1.223	76.092	63.081	244.048

(*) Trata-se de fundos de investimentos não exclusivos em que a Seguradora não possui as informações detalhadas acerca do risco de crédito dos títulos que compõem a carteira do fundo de investimento, desta forma, a Seguradora indicou o rating da instituição financeira gestora do fundo. Adicionalmente, o fundo investe 100% do seu patrimônio em títulos públicos.

(a) Demonstramos abaixo a abertura da exposição ao risco de crédito por tipo de ressegurador:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Percentual cedido	Sinistros pagos e não recuperados	Sinistros Resseguro PSL	Exposição máxima ao risco de crédito	Percentual cedido	Sinistros pagos e não recuperados	Sinistros Resseguro PSL	Exposição máxima ao risco de crédito
Resseguradora Local	10%	2.229	6.504	8.732	14%	4.355	12.991	17.346
Resseguradora Admitida	28%	6.512	19.005	2.517	27%	8.219	24.517	32.736
Resseguradora Eventual	62%	14.529	42.400	56.929	59%	18.112	54.029	72.141
	100%	23.270	67.909	91.179	100%	30.686	91.537	122.223

4.2.6 *Risco cambial*

Define-se o risco cambial como o que afeta operações com mercado internacional, de natureza comercial, operacional, cambial e regulatória.

As operações da Newe são todas em moeda corrente nacional (BRL), apesar de possuir operações com resseguradores fora do Brasil.

O risco cambial é considerado mínimo, pois se refere apenas ao tempo de envio da remessa e à conversão em moeda corrente nacional (BRL), que tem um tempo médio para envio e conversão de 5 dias. E, os contratos de resseguros possuem dispositivos legais que permite a Seguradora a recuperação da variação cambial caso ela ocorra.

4.2.7 *Risco de sustentabilidade*

É o conjunto dos riscos climáticos, ambientais e sociais. São eles:

- Riscos climáticos
 - a) riscos climáticos físicos - possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos;
 - b) riscos climáticos de transição - possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
 - c) riscos climáticos de litígio - possibilidade de perdas ocasionadas por sinistros em seguros de responsabilidade ou ações diretas contra a supervisionada, ambos em função de falhas na gestão de riscos climáticos físicos ou de transição;

- Riscos ambientais

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

- Riscos sociais

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Contas bancárias	908	1.454
Equivalentes de caixa	64	28
	972	1.482

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em fundos de investimento automático com liquidez diária.

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações financeiras

Exercício findo em 31/12/2024	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	10.987	10.987	10,52%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	93.474	93.474	89,48%	IMA-B
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	104.461	104.461	100%	
Total das aplicações financeiras(*)	104.461	104.461	100%	
Total classificado no ativo circulante	104.461	104.461	100%	
Exercício 31/12/2023	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	12.659	12.659	16,97%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	10.369	10.369	13,90%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	51.582	51.582	69,14%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	74.610	74.610	100%	
Total das aplicações financeiras(*)	74.610	74.610	100%	
Total classificado no ativo circulante	74.610	74.610	100%	

(*) Saldo composto por investimentos cotas de fundos de investimento de renda fixa custodiados pelo Banco Itaú que aplicam exclusivamente em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos vinculados à cobertura de provisões técnicas.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Cotas
Saldo em 31/12/2022	<u>58.942</u>
Aplicações	66.400
Resgates	(58.466)
Rendimentos	7.734
Saldo em 31/12/2023	<u>74.610</u>
Aplicações	134.812
Resgates	(112.233)
Rendimentos	7.273
Saldo em 31/12/2024	<u>104.461</u>

6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

Nível 2 - Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e

Nível 3 - Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável).

A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Seguradora mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos	Nível 1	Nível 1
Valor justo por meio do resultado		
Cotas de Fundos de Investimentos	<u>104.461</u>	<u>74.610</u>
Total Circulante	<u>104.461</u>	<u>74.610</u>

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Créditos das operações de seguros e resseguros

Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo

	31/12/2024	31/12/2023
Grupo de ramo	Total de prêmios a receber	Total de prêmios a receber
Rural (a)	19.356	4.595
Riscos Financeiros	25.646	20.695
Responsabilidades	1.188	699
RVNE	1.971	2.312
RVR - Prêmios a receber	(4.968)	(4.073)
Total circulante	43.193	24.229
Circulante	43.193	24.229
Grupo de ramo		
Riscos Financeiros	3.777	6.890
Total não circulante	3.777	6.890
Não Circulante	3.777	6.890
Total	46.970	31.119

a) Valor 8 milhões de subvenção federal recebido no último dia útil do ano, com parcelas baixadas apenas em 2025.

7.1.1 Média de parcelamento dos prêmios a receber por ramo

Ramo	Quantidade de parcelas	31/12/2024	31/12/2023
Rural	1 a 5	98,2%	99,8%
	6 a 11	1,8%	0,2%
	12	-	-
Riscos Financeiros	1 a 5	74,3%	93,6%
	6 a 11	17,9%	4,8%
	12	7,8%	1,7%
Responsabilidades	1 a 5	57,5%	95,8%
	6 a 11	42,6%	4,2%
	12	-	-

7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar, prêmios e comissões a restituir de resseguradoras

a. Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

31/12/2024				
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	1.265	11.804	3.862	16.931
Total	1.265	11.804	3.862	16.931
Circulante	1.265	11.804	3.862	16.931
31/12/2023				
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	4.803	16.964	6.230	27.997
Total	4.803	16.964	6.230	27.997
Circulante	4.803	16.964	6.230	27.997

b. Composição de prêmios e comissões a restituir de resseguradoras

31/12/2024				
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	346	3.329	2.664	6.339
Total	346	3.329	2.664	6.339
Circulante	346	3.329	2.664	6.339
Total Geral (a+b)	1.611	15.133	6.526	23.270
31/12/2023				
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	7	1.020	1.661	2.689
Total	7	1.020	1.661	2.689
Circulante	7	1.020	1.661	2.689
Total Geral (a+b)	4.810	17.984	7.891	30.686

7.3 Movimentação de prêmios a receber

	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2022	34.219
Emissões	140.135
Cancelamentos	(20.100)
Restituídos	(18.860)
RVNE	(38)
Recebimentos	(103.714)
Redução ao Valor Recuperável	<u>(523)</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>31.119</u>
Emissões	184.553
Cancelamentos	(27.775)
Restituídos	(20.594)
RVNE	(342)
Recebimentos	(119.096)
Redução ao Valor Recuperável	<u>(895)</u>
Saldo em 31/12/2024	<u>46.970</u>

7.4 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

(a) Prêmios a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento (*)	<u>1.971</u>	<u>2.312</u>
A vencer até 30 dias	7.719	8.290
A vencer de 31 a 60 dias	5.270	2.004
A vencer de 61 a 120 dias (a)	12.491	3.325
A vencer de 121 a 180 dias	6.039	2.762
A vencer de 181 a 365 dias	3.709	3.588
A vencer acima de 365 dias	<u>3.776</u>	<u>6.890</u>
	<u>39.004</u>	<u>26.861</u>
Vencidos até 30 dias	2.157	1.021
Vencidos de 31 a 60 dias	915	736
Vencidos de 61 a 120 dias	1.978	409
Vencidos de 121 a 180 dias	1.028	220
Vencidos de 181 a 365 dias	860	193
Vencidos acima de 365 dias	<u>4.025</u>	<u>3.440</u>
	<u>10.963</u>	<u>6.020</u>
Prêmios a receber	<u>51.938</u>	<u>35.192</u>
Redução ao Valor Recuperável (b)	<u>(4.968)</u>	<u>(4.073)</u>
Saldo	<u>46.970</u>	<u>31.119</u>

(*) Saldo referente a RVNE.

(a) Valor de 8 milhões subvenção federal recebida no último dia útil do ano, com parcelas baixadas apenas em 2025. Além disso, a Seguradora possui um valor de 3 milhões referente a subvenções a receber.

(b) RVR calculada com base na perda histórica demonstrado em estudo técnico, conforme legislação vigente.

(b) Sinistros a Recuperar do Ressegurador

	31/12/2024	31/12/2023
Reconhecidos em até 30 dias	1.408	2.852
Reconhecidos entre 31 a 60 dias	3.378	3.184
Reconhecidos entre 61 a 120 dias ^(a)	7.348	13.826
Reconhecidos entre 121 a 180 dias ^(a)	3.121	3.838
Reconhecidos entre 181 a 365 dias ^(a)	286	3.864
Reconhecidos acima de 365 dias ^(a)	1.390	433
	<u>16.931</u>	<u>27.997</u>
Redução ao Valor Recuperável	-	-
Saldo	<u>16.931</u>	<u>27.997</u>
^(a) A seguradora possui um fluxo médio de 180 dias para recuperação de prestação de contas dos sinistros a recuperar junto ao ressegurador.		

8 Títulos e créditos a receber

8.1 Créditos tributários e previdenciários

Composição dos impostos a compensar e créditos tributários

Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Créditos Tributários		
Imposto de renda a compensar	2	1
Contribuição Social a compensar	-	-
Antecipação de Imposto de Renda	-	77
Antecipação de Contribuição Social	-	47
Outros Créditos da Previdência Social	2	1
Cofins a recuperar	7	-
Pis a recuperar	1	-
Total Circulante	<u>12</u>	<u>126</u>
Não Circulante		
Imposto de renda diferido sobre:		
Prejuízos Fiscais (a)	13.661	10.710
Diferenças Temporais	229	31
Contribuição social diferida sobre:		
Bases Negativas (a)	8.196	6.426
Diferenças Temporais	137	18
Cofins Diferido (b)	643	791
PIS diferido (b)	104	128
Total Não Circulante	<u>22.970</u>	<u>18.104</u>
	<u>22.982</u>	<u>18.230</u>

- (a) A Seguradora possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas em 2024 no montante de R\$(21.857). A Circular SUSEP 648/21 no seu art. 118 parágrafo 1º exige que os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias ou de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro reconhecidos deverão ser suportados por estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do crédito tributário.

A Seguradora elaborou um plano de negócios que foi base para o estudo demonstrando ser capaz de realizar 100% dos créditos tributários contabilizados até 2029. O plano de negócios foi aprovado por unanimidade na reunião do Conselho de Administração da CBM Participações, detentora de 100% das ações da Newe, datada do dia 11 de dezembro de 2024. O estudo de realização do crédito tributário foi aprovado pela Administração no dia 25 de janeiro de 2025 e segue utilizando as mesmas premissas do plano de negócios. Importante destacar que o plano de negócios aprovado prevê, em caso de necessidade, aumento de capital de R\$24 milhões para suportar o crescimento projetado para os próximos 5 anos.

A Seguradora inicia 2025 com uma estratégia renovada e ambiciosa, estando em uma nova fase de ampliação de produtos, contratação de executivos e investimentos em tecnologia. O objetivo é alcançar, em 2029, R\$ 1,5 bilhão de faturamento. Embora o agronegócio continue sendo uma área importante, a diversificação é uma prioridade para a Newe. A Seguradora quer ampliar o seu atual portfólio, que já contempla coberturas para lavoura, equipamentos rurais (linha verde), garantia, fiança locatícia e riscos cibernéticos, assim irá ampliar a participação em outros segmentos como, por exemplo, RD equipamentos, por meio de plataformas automatizadas para cotação, venda, emissão de apólices e regulação de sinistros e também está prevista a realização de *cross-sell* entre as linhas que a Newe já opera e aquelas que agora entram no portfólio da companhia e parcerias com MGAs consolidadas no mercado em linhas de negócios como Transporte, Patrimonial, E&O, D&O.

A Seguradora está apostando na ampliação do seguro paramétrico, que tem grande potencial, principalmente em riscos expostos a eventos climáticos, como, por exemplo, geração de energia. É uma solução inovadora que pode apoiar as pessoas, empresas e governos em situações como as catástrofes no Sul do Brasil em 2024, ao mitigar as consequências dos riscos a que estão expostos através desse seguro. Além disso, mantém um trabalho importante com microprodutores de cacau e umbu na Bahia e no Pará.

Todas as premissas utilizadas no modelo financeiro estão pautadas na avaliação profunda de mercado. Atualmente a SUSEP disponibiliza uma base rica com todas as informações de mercado e foram a fonte primária para elaboração do plano. No modelo de negócios da Seguradora foi detalhado os níveis de comissionamento e sinistralidade de cada linha de negócios que a Newe irá atuar e utiliza parâmetros mais conservadores dos praticados pelo mercado afim de garantir margem de negociação. Importante destacar que a Newe possui em seu DNA um grande conhecimento de resseguro e o utiliza como premissa de modelo de negócios. A Seguradora é conservadora na aceitação e retenção do risco e conta com um painel de resseguro que engloba um mix de resseguradores locais e internacionais amplo de primeira linha, o que traz aprendizado e segurança para encarar desafios futuros. O fato de ter uma operação lastreada no resseguro e fundamental para garantir a aderência do plano de negócios e a geração de lucro futuro, uma vez que se protege de oscilações de mercado, visto o ocorrido em 2021, após enfrentar uma das maiores crises climáticas do Brasil em 2021, quando foi pago R\$ 1,3 bilhão em indenizações e manteve a operação.

Também é destacado no modelo as despesas administrativas, onde foi trabalhado com um percentual médio no curto prazo de 15% sobre o prêmio emitido, valor consideravelmente alto em relação ao mercado. Isso demonstra que a Seguradora precificou o custo de investimento para suportar seu crescimento. Outro fator que fortalece o crescimento e a rentabilidade financeira que será impactada positivamente com o aumento da Selic nos próximos anos.

A seguir é apresentado 3 quadros: o primeiro demonstra o montante do crédito por ano de contabilização; o segundo possui o detalhamento da realização do crédito por ano fiscal com base na projeção e; o terceiro após uma sensibilidade de 20% de aumento da sinistralidade utilizada no plano, é apresentado como se comportaria a realização do crédito por ano fiscal.

- i. Crédito acumulado por ano de contabilização:

	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Prejuízo Fiscal	7.691	7.237	6.826	7.498	10.710	13.661
Base Negativa	4.615	4.342	4.096	4.499	6.426	8.196
Total	12.306	11.580	10.922	11.997	17.136	21.857

- ii. Realização do crédito por ano fiscal:

	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028	31/12/2029
Lucros tributários futuros	(11.802)	302	12.209	31.946	62.975	114.970
Compensação créditos tributáveis (30%)	4.721	(36)	(1.465)	(3.834)	(7.557)	(8.965)
% Realizado		0,17%	6,87%	24,41%	58,98%	100,00%

NEWE Seguros S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Crédito a realizar	21.857	21.821	20.356	16.522	8.965	-
--------------------	--------	--------	--------	--------	-------	---

NEWE Seguros S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

iii. Realização do crédito por ano fiscal, com sensibilidade de 20% na sinistralidade:

	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028	31/12/2029
Lucros tributários futuros	(11.802)	(2.519)	6.737	23.868	50.802	96.710
Compensação créditos tributáveis (30%)	4.721	302	(808)	(2.864)	(6.096)	(12.391)
% Realizado		(1,38) %	2,32%	15,42%	43,31%	100,00%
Crédito a realizar	21.857	22.159	21.351	18.487	12.391	-

(b) A Seguradora reconhece contabilmente, os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31/12/2022	7.675	4.605
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	3.212	1.927
Ajustes Temporais	(146)	(88)
Saldo em 31/12/2023	10.741	6.444
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	2.952	1.770
Ajustes Temporais	198	119
Saldo em 31/12/2024	13.891	8.333

8.3 Ressarcimentos a Receber

A Newe possui direito ao reembolso dos prejuízos suportados pela Seguradora ao indenizar dano causado por terceiros, no ramo de Riscos Financeiros. A Seguradora registrou os montantes abaixo em 2023 e 2024:

	31/12/2024	31/12/2023
Ressarcimentos de Sinistros (a)	9.866	5.936
Total	9.866	5.936

(a) Deste saldo, 73% é referente a um sinistro avisado em dezembro de 2024 e que possui processo judicial.

8.3.1 *Movimentação de Ressarcimento*

Saldo em 31/12/2022	-
Aviso de Ressarcimento	7.065
Ajustes	6.393
Recebimento	(7.523)
Saldo em 31/12/2023	5.936
Aviso de Ressarcimento	13.079
Ajustes	1.307
Recebimento	(5.436)
Redução ao Valor Recuperável (a)	(5.021)I
Saldo em 31/12/2024	9.865

(a) A Seguradora provisiona os valores a receber com base no Contrato de Conta Garantia (CCG) e nas expectativas e recebimento acordadas com o tomador, considerando fatores relevantes, como recuperação judicial ou falência.

9 Custos de aquisição diferidos

9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	31/12/2024	31/12/2023
Responsabilidades e Patrimonial	1.554	1.405
Riscos Financeiros	18.197	16.450
Rural	2.747	1.385
Total	22.498	19.240
Circulante	13.234	10.157
Não Circulante	9.264	9.083

9.1.1 *Prazo de Diferimentos dos Custos de Aquisição por ramo*

	31/12/2024
Rural	6 meses
Riscos Financeiros	3 anos
Responsabilidades	3,5 anos

9.2 *Movimentação dos custos de aquisição diferidos*

Saldo em 31/12/2022	16.680
Constituição	17.218
Amortização	(14.658)
Saldo em 31/12/2023	19.240
Constituição	21.209
Amortização	(17.951)
Saldo em 31/12/2024	22.498

As despesas de comercialização são as comissões de corretagem registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto. As despesas de comercialização são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do exercício de risco.

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Móveis e utensílios	10%	444	436
Informática	20%	1.030	953
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33%	<u>885</u>	<u>786</u>
		<u>2.359</u>	<u>2.175</u>
Depreciação/Amortização acumulada		<u>(1.733)</u>	<u>(1.512)</u>
Total		<u>626</u>	<u>663</u>

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	228	8	(43)	193
Informática	318	77	(117)	278
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>117</u>	<u>99</u>	<u>(61)</u>	<u>155</u>
Exercício findo em 31/12/2024	<u>663</u>	<u>184</u>	<u>(221)</u>	<u>626</u>
Exercício findo em 31/12/2023	<u>613</u>	<u>232</u>	<u>(182)</u>	<u>663</u>

11 Intangível

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Saldos iniciais	Aquisições	Amortizações	Saldos finais
Software	<u>4.242</u>	<u>1.400</u>	<u>(1.622)</u>	<u>4.020</u>
Exercício findo em 31/12/2024	<u>4.242</u>	<u>1.400</u>	<u>(1.622)</u>	<u>4.020</u>
Exercício findo em 31/12/2023	<u>4.402</u>	<u>1.270</u>	<u>(1.430)</u>	<u>4.242</u>

12 Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto por:

12.1 Obrigações a pagar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores	543	523
Subtotal	543	523

12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Impostos retidos de funcionários	163	173
Impostos retidos de terceiros	115	193
Contribuições para o FGTS	33	50
Outros impostos retidos de terceiros	535	423
Subtotal	846	839

12.3 Encargos trabalhistas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Férias e 13º a pagar	501	550
Encargos sobre férias e 13º salário	186	188
Subtotal	686	738

12.4 Impostos e contribuições

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS	85	72
Subtotal	85	72

13 Débitos de operações de seguros e resseguros

Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro, comissões de corretagem a pagar, adiantamentos de sinistros a pagar e prêmios a restituir. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural e Riscos Financeiros. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros. Os adiantamentos de sinistros a pagar são oriundos de antecipações de recuperações de sinistros que ainda não foram liquidados financeiramente pela Seguradora. Os prêmios a restituir são oriundos de restituições de prêmios decorrentes dos pedidos de cancelamentos e/ou endossos das apólices emitidas.

13.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	31/12/2024	31/12/2023
Responsabilidade	757	931
Rural	44.725	10.868
Riscos Financeiros	41.337	39.682
RVNE	1.017	1.239
Total	87.836	52.720
Circulante	87.836	52.720

13.1.1 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2022	41.500
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	51.928
Pagamentos	(40.645)
RVNE	(63)
Saldo em 31/12/2023	52.720
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	71.595
Pagamentos	(36.258)
RVNE	(221)
Saldo em 31/12/2024	87.836

13.2 Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramo	31/12/2024	31/12/2023
Responsabilidade	302	214
Rural	1.913	705
Riscos Financeiros	6.182	6.964
Total	8.397	7.883
Circulante	8.397	7.883

13.3 Prêmios a restituir

Grupo de ramo	31/12/2024	31/12/2023
Rural	1.742	875
Responsabilidade	646	639
Riscos Financeiros	166	41
Total	2.553	1.555
Circulante	2.553	1.555

14 Ativos de resseguros e provisões técnicas - Resseguradoras

14.1 Ativos de resseguro

31/12/2024						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	3.836	-	2.401	-	-	6.237
Riscos Financeiros	38.739	28.836	15.085	(89)	-	82.571
Rural	14.230	30.566	5.831	8.597	22.307	81.531
Total	56.805	59.402	23.317	8.508	22.307	170.339
Total classificado no ativo circulante	38.559	59.402	23.317	8.508	22.307	152.093
Total classificado no ativo não circulante	18.246	-	-	-	-	18.246
31/12/2023						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL) (a)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas	
Responsabilidade	3.595	-	1.511	-	5.106	
Riscos Financeiros	35.001	9.240	10.024	17	54.282	
Rural	9.303	74.787	3.079	7.493	94.662	
Total	47.899	84.027	14.614	7.510	154.050	
Total classificado no ativo circulante	29.936	84.027	14.614	7.510	136.087	
Total classificado no ativo não circulante	17.963	-	-	-	17.963	

(a) A Companhia possui um saldo de R\$ 11.024 em 2024, referente a adiantamento de recuperação de resseguro (cashcall), em 2023 o saldo era R\$ 0.

14.2 Provisões técnicas

31/12/2024

Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	6.230	150	3.358	-	-	9.738
Riscos Financeiros	71.634	29.630	16.344	(92)	-	117.516
Rural	25.784	35.045	8.606	10.287	26.244	105.966
Total	103.648	64.825	28.308	10.195	26.244	233.220
Total classificado no passivo circulante	67.645	64.825	28.308	10.195	26.244	197.217
Total classificado no passivo não circulante	36.003	-	-	-	-	36.003

31/12/2023

Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	5.776	-	2.126	-	-	7.902
Riscos Financeiros	65.121	10.190	10.809	19	-	86.139
Rural	16.690	84.053	4.592	8.735	-	114.070
Total	87.587	94.243	17.527	8.754	-	208.111
Total classificado no passivo circulante	52.114	94.243	17.527	8.754	-	172.638
Total classificado no passivo não circulante	35.473	-	-	-	-	35.473

14.3 Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de despesas relacionadas	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2022	86.204	32.849	11.865		3.681	134.599
(+) Prêmio emitido	101.531	-	-	-	-	101.531
(-) Prêmio ganho	(100.148)	-	-	-	-	(100.148)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	50.147	-	-	-	50.147
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	57.525	-	-	-	57.525
(-) Pagamento de sinistro	-	(53.897)	-	-	-	(53.897)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(6.207)	-	-	-	(6.207)
(+) Correção monetária de sinistro judiciais	-	13.826	-	-	-	13.826
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	5.662	-	-	5.662
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	-	18.127	18.127
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	-	(13.054)	(13.054)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	87.587	94.243	17.527	-	8.754	208.111
(+) Prêmio emitido	129.566	-	-	-	-	129.566
(-) Prêmio ganho	(113.505)	-	-	-	-	(113.505)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	67.815	-	-	-	67.815
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	(11.243)	-	-	-	(11.243)
(-) Pagamento de sinistro	-	(51.551)	-	-	-	(51.551)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(38.776)	-	-	-	(38.776)
(+) Correção monetária de sinistro judiciais	-	4.338	-	-	-	4.338
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	10.781	-	-	10.781
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	26.244	-	26.244
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	-	10.596	10.596
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	-	(9.155)	(9.155)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	103.648	64.825	28.308	26.244	10.194	233.219

14.4 Movimentação de ativos de resseguro - provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas - Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.881	29.631	10.081	3.157	-	93.750
(+) Prêmio cedido	51.866	-	-	-	-	51.866
(-) Prêmio ganho cedido	(54.847)	-	-	-	-	(54.847)
(+) Aviso de sinistro	-	(10.219)	-	-	-	(10.219)
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	(2.692)	-	-	-	(2.692)
(-) Sinistros recuperados	-	87.294	-	-	-	87.294
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(5.353)	-	-	-	(5.353)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(27.997)	-	-	-	(27.997)
(+) Atualização monetária	-	13.363	-	-	-	13.363
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	4.533	-	-	4.533
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	15.357	-	15.357
(-) PDR recuperada	-	-	-	(11.004)	-	(11.004)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	47.900	84.027	14.614	7.510	-	154.050
(+) Prêmio cedido	71.374	-	-	-	-	71.374
(-) Prêmio ganho cedido	(62.469)	-	-	-	-	(62.469)
(+) Aviso de sinistro	-	(1.632)	-	-	-	(1.632)
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	(298)	-	-	-	(298)
(-) Sinistros recuperados	-	24.353	-	-	-	24.353
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(33.678)	-	-	-	(33.678)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(16.931)	-	-	-	(16.931)
(+) Atualização monetária	-	3.561	-	-	-	3.561
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	8.702	-	-	8.702
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	8.369	-	8.369
(-) PDR recuperada	-	-	-	(7.370)	-	(7.370)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	22.307	22.307
Saldo em 31 de dezembro de 2024	56.805	59.402	23.317	8.508	22.307	170.339

14.5 Desenvolvimento de sinistros
14.5.1 Desenvolvimento de sinistros

	Ano de aviso do sinistro								Total
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante estimado para os sinistros									
No ano do aviso	28	43.643	43.789	38.444	642.987	451.043	47.002	69.437	
Um ano após o aviso	187	74.079	44.331	38.509	808.212	479.807	48.035	-	
Dois anos após o aviso	187	75.313	44.716	37.158	837.532	472.077	-	-	
Três anos após o aviso	187	76.878	43.012	40.433	836.054	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	187	69.492	46.105	39.689	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	187	78.925	45.889	-	-	-	-	-	
Seis anos ou mais após o aviso	187	79.318	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2024)	187	79.318	45.889	39.689	836.054	472.077	48.035	69.437	1.590.685
Pagamentos de sinistros efetuados	(187)	(78.067)	(44.090)	(37.732)	(821.446)	(463.204)	(46.738)	(34.395)	(1.525.859)
Provisão de sinistros a liquidar	-	1.251	1.799	1.957	14.607	8.873	1.297	35.043	64.826
Resseguro									(56.969)
Ativos de Stop Loss									(2.432)
Provisões líquidas de resseguros									5.425

14.5.2 Desenvolvimento de sinistros (Resseguro)

	Ano de aviso do sinistro								Total
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante estimado para os sinistros									
No ano do aviso	26	40.409	41.710	34.737	544.785	383.600	40.354	55.602	
Um ano após o aviso	173	69.174	42.248	35.092	685.221	407.949	41.309	-	
Dois anos após o aviso	173	70.321	42.613	33.830	710.111	401.636	-	-	
Três anos após o aviso	173	71.775	40.994	36.882	708.882	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	173	64.933	43.935	36.184	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	173	73.682	43.768	-	-	-	-	-	
Seis anos ou mais após o aviso	173	74.043	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2024)	173	74.043	43.768	36.184	708.882	401.636	41.309	55.602	1.361.597
Pagamentos de sinistros efetuados	(173)	(72.870)	(42.058)	(34.361)	(696.501)	(394.120)	(40.113)	(24.433)	(1.304.628)
Provisão de sinistros a liquidar (Resseguro)	-	1.174	1.709	1.823	12.382	7.516	1.196	31.169	56.969
Ativos de Stop Loss									2.432
Provisões de Resseguro									59.401

15 Depósitos de Terceiros

(a) Aging de depósitos de terceiros

	31/12/2024	31/12/2023
Reconhecidos em até 30 dias (a)	7.947	155
Reconhecidos em entre 31 e 60 dias	3	230
Reconhecidos em entre 61 e 120 dias	42	1
Reconhecidos em entre 121 e 180 dias	4	0
Reconhecido acima de 365 dias	29	38
Total	8.025	424

a) Valor de subvenção federal recebido no último dia útil do ano, com parcelas baixadas apenas em 2025.

16 Garantia de provisões técnicas

	31/12/2024	31/12/2023
Total de provisões técnicas a serem cobertas	233.220	208.111
(-) Ativo redutor de PPNG	(27.873)	(20.670)
(-) Direitos creditórios	(28.582)	(25.950)
(-) DAC Redutora	(13.995)	(11.580)
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros de resseguro (PSL, IBNR, PDR)	(102.509)	(106.151)
Total a ser coberto (B)	60.261	43.759
Total de ativos dados em garantia (A)	104.461	74.610
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	44.200	30.850

17 Provisões Judiciais

Com exceção de 17 (dezesete) ações judiciais em que figura como autora, dos quais 13 (treze) casos ativos e 4 (quatro) casos encerrados, a Seguradora possui somente ações judiciais de natureza cível discutindo contratos de seguro consubstanciados em apólices emitidas.

17.1 Processos cíveis

Em 31 de dezembro, a Seguradora possuía 1.649 (um mil seiscentos e quarenta e nove) ações judiciais, das quais 1.420 (um mil quatrocentos e vinte) casos ativos e 229 (duzentos e vinte e nove) casos encerrados, decorrentes de sua atividade operacional de seguros, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. De acordo com a análise realizada com base na metodologia adotada pela Seguradora, e considerando as 1.403 ações indenizatórias, o montante de perda estimada desses processos foi de R\$ 29.356 (R\$ 75.031 em 31 de dezembro de 2023).

a) Relacionados a sinistros – Em 31 de dezembro de 2024, a Seguradora possuía 1.392 (um mil trezentos e noventa e dois) ações judiciais segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

31/12/2024

	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	-	-	-	-
Possível	101	27.037	13.451	11.829
Remoto	1.291	139.329	15.905	13.543
Total	1.392	166.366	29.356	25.372

31/12/2023

	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	58	18.545	19.550	17.192
Possível	243	59.743	27.522	24.163
Remoto	1.197	311.357	27.958	23.765
Total	1.498	389.646	75.031	65.121

- b) Não relacionados a sinistros – Em 31 de dezembro de 2024, a Seguradora possuía 11 (onze) ações segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda e valores em risco:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valor em Risco	Quantidade	Valor em Risco
Possível (*)	3	340	5	5.861
Remoto	8	1.696	19	7.880
Total	11	3.037	24	13.741

(*) Os advogados que patrocinam as causas não relacionadas a sinistros, especificamente, tendo como objeto em discussão Danos Morais classificam como “Possível” a probabilidade de perda.

Impactos da atualização da metodologia da PSL Judicial

No exercício de 2024, foi realizada uma mudança de estimativa contábil com relação a metodologia aplicada na PSL judicial. A nova metodologia passou a ser aplicada prospectivamente, e o efeito da mudança foi reconhecido no resultado do período corrente, em conformidade com os princípios da alteração de estimativas contábeis previstas no CPC 23.

A Seguradora tomou conhecimento de sua primeira ação judicial no início de 2019, e, desde então, desenvolveu uma metodologia para a constituição de PSL Judicial (“metodologia”), fundamentada na premissa de que a avaliação técnica de cada processo judicial competia à área jurídica, que podia contar, sempre que possível, com elementos fornecidos pela área de sinistros, pela ouvidoria ou, ainda, por escritórios de advocacia terceirizados. Desde sua implementação, a Seguradora assumiu o compromisso com a melhoria contínua da metodologia e dos processos internos, promovendo ajustes anuais.

Em 2023, foram introduzidas modificações para garantir que a avaliação de cada processo judicial passasse a ser individualizada considerando o assunto controvertido e o momento em que foi realizada a regulação do sinistro administrativo que deu causa à demanda, valendo-se, para tanto, de dados e informações conhecidos pela Seguradora no momento da avaliação. Embora a metodologia tenha evoluído significativamente ao longo do tempo, tornando-se mais objetiva e tangível, a Seguradora identificou oportunidades adicionais de aprimoramento.

Assim, em 2024, foram implementados novos ajustes com o objetivo de: (i) aprofundar o critério relacionado ao momento da regulação de sinistro (processo administrativo); (ii) valorizar a análise técnica criteriosa realizada pelo departamento de sinistros, com base nos recursos e procedimentos adotados; e (iii) permitir o escalonamento dos percentuais de perda esperada de acordo com a fase processual (casos com decisões judiciais).

A ausência de um histórico judicial confiável e a relativa imaturidade do tema do seguro agrícola no Poder Judiciário, em todas as instâncias, ainda representam desafios significativos na conversão dos casos em trâmite em provisões adequadas para perdas esperadas a liquidar. No entanto, considerando o cenário atual, a ausência de precedentes consolidados e os aprimoramentos adotados na última versão da metodologia, a Seguradora entende que a versão vigente da metodologia proporciona maior credibilidade e previsibilidade ao provisionamento de sinistros judiciais. Como resultado da reclassificação dos processos, houve uma redução de R\$ 16.697 no provisionamento, impactando o resultado do exercício de 2024.

17.2 Processos fiscais

Temos em discussão judicial de polo ativo referente ao pagamento de PIS e COFINS sobre as Receitas Financeiras decorrentes de Ativos Garantidores no montante de R\$ 721.

A Seguradora possui parecer otimista de escritório especializado responsável pela discussão judicial, com decisões favoráveis à outros contribuintes. Em agosto de 2024, o STF reconheceu a repercussão geral do tema no Recurso Extraordinário (RE) 1.479.774, com a participação de entidades do setor. O julgamento do RE 1.479.774 deve consolidar a questão de forma ampla, beneficiando contribuintes.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 29 de junho de 2023, a SUSEP homologou o aumento de capital do primeiro aporte no montante de R\$21,6 milhões. Conforme determinação da SUSEP tal montante foi dividido em aumento de capital (R\$10.449) e constituição da reserva de capital (R\$11.151) com a entrada do novo acionista, (Insuresilience Investment) na participação societária da Seguradora ocorrido no dia 15 de dezembro de 2022, com emissão de 17.661.587 novas ações.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 70.148 está dividido em 107.451. ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 3 de janeiro de 2024, a SUSEP homologou o aumento de capital do segundo aporte no montante de R\$8,7 milhões do acionista, (Insuresilience Investment).

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 78.849 está dividido em 107.451.562 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As aprovações de aumento/redução de capital realizadas pela SUSEP nos exercícios de 2023 e 2024 foram as seguintes:

	<u>Portaria</u>	<u>Aprovação - R\$</u>
2 de junho de 2023.....	8.160	10.449
3 de janeiro de 2024.....	8.159	8.700

19 Adequação de capital

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido (a)	61.271	68.806
Despesas antecipadas	(304)	(537)
Créditos tributários - prej. Fiscais IR/bases negativas de cont. social (-)	(21.858)	(17.136)
Ativos intangíveis	(4.020)	(4.242)
1. Ajustes contábeis (b)	(26.182)	(21.916)
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas		
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	2.349	4.607
PLA - nível I (*)	34.722	46.841
PLA - nível II	2.349	4.607
PLA - nível III	367	50
Subtotal PLA - nível (d)	37.438	51.498
Limitador CMR - PLA nível I	-	-
Limitador CMR - PLA nível II	-	-
Limitador CMR - PLA nível III	-	-
Subtotal PLA - limitador (e)	37.438	51.498
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	0	0
4. PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	37.438	51.498
5. Capital mínimo requerido	14.574	13.555
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	14.574	13.555
Capital de risco de subscrição	8.579	6.820
Capital de risco de crédito	6.582	6.222
Capital de risco operacional	956	853

NEWE Seguros S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

	31/12/2024	31/12/2023
Capital de risco de mercado	1.348	3.395
Benefício de diversificação	(2.892)	(3.736)
Capital mínimo requerido (h)	14.574	13.555
Suficiência de capital (i = g - h)	22.864	37.944
Suficiência de capital (i / h)	157%	280%
Índice de solvência (j = g / h)	257%	380%

20 Índices Operacionais

31/12/2024					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das Provisões Técnicas	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Responsabilidade	3.684	(454)	3.230	42,78%	24,24%
Riscos Financeiros	42.164	(6.513)	35.651	107,05%	24,84%
Rural	83.718	(9.094)	74.624	77,13%	9,84%
Total	129.566	(16.061)	113.505	85,55%	14,96%
31/12/2023					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das Provisões Técnicas	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%) (a)	Comercialização (%)
Responsabilidade	3.329	(650)	2.679	40,08%	23,36%
Riscos Financeiros	40.049	(10.183)	29.866	68,40%	24,19%
Rural	58.153	9.450	67.602	142,75%	8,54%
Total	101.531	(1.383)	100.147	117,83%	13,60%

(a) 62,08% dos movimentos de sinistros no ano de 2023 foram relacionados as safras de 2021.

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

31/12/2024					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade	3.684	(2.313)	1.372	37,24%	62,79%
Riscos Financeiros	42.164	(39.248)	2.915	6,91%	93,08%
Rural	83.718	(57.267)	26.451	31,60%	68,40%
Total	129.566	(98.828)	30.739	23,72%	76,28%

31/12/2023					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade	3.329	(2.379)	950	28,54%	71,46%
Riscos Financeiros	40.049	(37.008)	3.041	7,59%	92,41%
Rural	58.153	(39.198)	18.955	32,60%	67,40%
Total	101.531	(78.585)	22.946	22,60%	77,40%

- (a) O montante apresentado de prêmios de resseguro refere-se a soma dos prêmios dos contratos de resseguros proporcionais. Adicionalmente a NEWE, com objetivo de proteção global da carteira de riscos assumidos, firmou contrato de resseguros não proporcionais com prêmios de resseguro no montante de R\$3.882 (sendo R\$709 em 31 de dezembro de 2023).

21 Detalhamento das contas da demonstração do resultado

21.1 Sinistros ocorridos

	31/12/2024	31/12/2023
Indenizações avisadas (a)	(82.816)	(107.673)
Despesas com Sinistros	(10.385)	(18.378)
Ressarcimentos (b)	7.089	13.458
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(10.992)	(5.412)
	(97.105)	(118.005)

- (a) A sinistralidade do exercício de 2023 está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022.
- (b) Ressarcimentos previstos em contrato relacionados a recuperação dos sinistros dos ramos de Riscos Financeiras.

21.2 Custos de aquisição

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de comissão	(20.236)	(16.958)
Variação das despesas de comissão diferidas	3.258	2.560
	(16.978)	(14.938)

21.3 Resultado com resseguro

	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação com indenização de sinistro (a)	46.339	94.691
Constituição IBNER	22.307	-
Despesas com sinistros	8.224	15.613
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados	8.847	4.277
Prêmio de resseguro (líquido dos custos de aquisição)	(71.374)	(51.866)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	8.906	(2.981)
Salvados e Ressarcidos	(5.649)	(12.745)
Outros resultados com operações de resseguro	419	310
	18.019	47.299

- (a) A recuperação dos sinistros do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022.

21.4 Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(15.828)	(17.375)
Serviços de terceiros (*)	(11.316)	(9.369)
Localização e funcionamento	(3.923)	(3.545)
Publicações e publicidade	(97)	(364)
Donativos e contribuições	(188)	(291)
Despesas administrativas diversas	(1.581)	(149)
	(32.933)	(31.093)

- (*) Inclui despesas com auditoria de 4,87% em 2024 e 7,8% em 2023.

21.5 Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(494)	223
PIS	(80)	36
Taxa de fiscalização	(1.052)	(1.031)
Outros (a)	(1.294)	(2.056)
	(2.920)	(2.828)

- (a) Montante refere-se, principalmente, a despesas com tributos sobre importação para as operações de resseguro.

21.6 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	2	7
Rendimentos com cotas de fundos de investimentos	7.273	7.734
Outras receitas (a)	<u>3.727</u>	<u>13.584</u>
	<u>11.002</u>	<u>21.325</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas (a)	<u>(4.598)</u>	<u>(14.043)</u>
	<u>(4.598)</u>	<u>(14.043)</u>
Resultado financeiro	<u>6.404</u>	<u>7.282</u>

(a) Reflexo substancial das atualizações monetárias ocorridas na PSL judicial. Para maiores detalhes, ver nota explicativa 17.2.

22 Imposto de renda e contribuição social

A Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos impostos e participações	(10.683)	(10.531)	(12.572)	(12.371)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(1.889)	(1.839)	-	-
(-) Participações sobre o lucro	-	-	-	-
(Prejuízo) após as participações	(12.572)	(12.370)	(12.572)	(12.371)
Adições temporárias - provisões indedutíveis	399	84	399	84
Adições permanentes - despesas indedutíveis	95	108	95	108
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis	-	(668)	-	(668)
Base de cálculo	(12.078)	(12.846)	(12.078)	(12.847)
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Base de cálculo após Compensação	(12.078)	(12.846)	(12.078)	(12.847)
Imposto e Contribuição do ano corrente	-	-	-	-
Imposto e Contribuição do ano anterior	-	(67)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(67)	-	-
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	1%	0%	0%
Diferenças temporárias	198	(146)	1.770	(88)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	2.951	3.212	119	1.927
Prejuízo Fiscal e Base Negativa Exercício Anterior	-	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	3.149	3.066	1.889	1.839
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	3.149	2.999	1.889	1.839

23 Benefícios a empregados

A Newe oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R\$ 454 (R\$443 em 31 de dezembro de 2023) e estão registradas na rubrica “Despesas administrativas”.

24 Partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

24.1 Controladora

A NEWE Seguros é controlada pela CBM Participações desde 30 de outubro de 2019, data que através da portaria Nº7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário da antiga Markel Seguradora do Brasil S.A.

Abaixo os saldos das transações com partes relacionadas:

CBM Participações

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber		
Inter Cias	291	8
	<u>291</u>	<u>8</u>
Contas a Pagar		
Inter Cias	234	0
	<u>234</u>	<u>0</u>
Despesas		
Rateio de Custos	(1.481)	(344)
	<u>(1.481)</u>	<u>(344)</u>

24.2 Coligadas

Green Data

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber		
Inter Cias	127	—
	<u>127</u>	<u>—</u>
Fornecedores a Pagar		
Serviços Prestados	36	119
	<u>36</u>	<u>119</u>
Receitas		
Rateio de Custos	131	177
	<u>131</u>	<u>177</u>
Despesas		
Serviços Prestados	(726)	(119)
	<u>(726)</u>	<u>(119)</u>

- a) Em 16 de junho de 2023, foi criada a empresa Green Data LTDA pertencente ao grupo da CBM Participações. A Green Data presta serviços, dentre outros, de assessoria e consultoria em análise de informações e dados para gestão, para o mercado nacional e, inclusive, a Seguradora.

25 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga a diretoria executiva no exercício é de R\$ 5.758 (R\$ 3.977 em 31 de dezembro de 2023).

26 Eventos Subsequentes

Após a data de encerramento do exercício, não houve eventos subsequentes relevantes que exigissem ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras.

Diretoria

Carlos Alberto Caputo
Diretor Presidente

Norberto Raul Caputo
Diretor Vice Presidente

Rodrigo Motroni de Almeida
Diretor Vice Presidente

Henrique Grapêa Camillo
Diretor Comercial

Contador: Vagner Gonçalves da Rocha
CRC nº 112111/O-7

Atuário e Diretor: Daniel Iespa Garcia
MIBA nº 2631

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 33F02036-4CBE-4173-8E8D-0295B3692EED

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: NEWSEGUROS24.DEZ (vf) 1.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 62

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Katiele Ferreira

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

katiele.ferreira@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.204

Rastreamento de registros

Status: Original

24 de fevereiro de 2025 | 20:35

Portador: Katiele Ferreira

katiele.ferreira@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

24 de fevereiro de 2025 | 20:44

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Thais Helena Ferreira Farat Cosentino

thais.ferreira@pwc.com

Sócia

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Ltda.

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura

DocuSigned by:

Thais Helena Ferreira Farat Cosentino

5E725396B8CA420...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.159.42

Registro de hora e data

Enviado: 24 de fevereiro de 2025 | 20:38

Visualizado: 24 de fevereiro de 2025 | 20:42

Assinado: 24 de fevereiro de 2025 | 20:44

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Katiele Ferreira

Copiado

Enviado: 24 de fevereiro de 2025 | 20:44

katiele.ferreira@pwc.com

Visualizado: 24 de fevereiro de 2025 | 20:44

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 24 de fevereiro de 2025 | 20:44

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	24 de fevereiro de 2025 20:38
Entrega certificada	Segurança verificada	24 de fevereiro de 2025 20:42
Assinatura concluída	Segurança verificada	24 de fevereiro de 2025 20:44
Concluído	Segurança verificada	24 de fevereiro de 2025 20:44

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------